



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

PROJETO DE LEI

LDO 2025

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

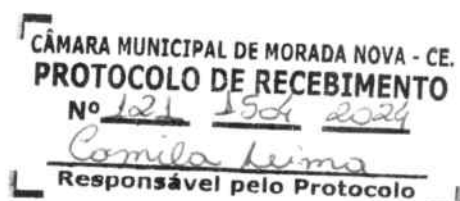


ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

MENSAGEM Nº 017/2024, DE 12 DE ABRIL DE 2024.

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,



Em obediência ao artigo 165, inciso II, parágrafo 2º, da Constituição Federal, temos a honra de fazer apresentar à consideração superior desta Câmara Municipal, **Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município de Morada Nova - LDO, relativa ao exercício financeiro de 2025.**

O incluso projeto de lei, além das exigências constitucionais, dispõe ainda sobre o equilíbrio fiscal, os critérios adotados para as estimativas das receitas, os limites para os principais itens de despesas, e ainda sobre o limite e forma de utilização de reserva de contingência, entre outras matérias relacionadas à execução orçamentária e financeira para o exercício financeiro de 2025.

O Projeto de Lei ora submetido à apreciação dos nobres Vereadores atende aos preceitos contidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual delinea sobre as prioridades da administração Municipal, da organização e estrutura dos orçamentos, das diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Município de Morada Nova - Ceará e suas alterações, da receita pública, e das disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

O anexo de metas fiscais e prioridades da administração pública para o exercício financeiro de 2025, está definido no Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025, o qual foi amplamente discutido nesta Casa Legislativa.

O Projeto de Lei em anexo, encontra-se em conformidade ao disposto no art. 165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº 178 de 13 de janeiro de 2021 e às diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município de Morada Nova, relativas ao exercício financeiro de 2025.

Portanto, Senhores Vereadores, são essas as considerações que submetemos, à elevada apreciação e consideração de Vossas Excelências.

Respeitosamente,


JOSE VANDERLEY NOGUEIRA
Prefeito Municipal

Exma. Sra.

FRANCISCA AURILIA MARTINS

DD, Presidente da Câmara Municipal de Morada Nova - Ceará

Nesta



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

PROJETO DE LEI Nº 024 /2024, DE 12 DE ABRIL DE 2024.

ESTABELECE A LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II e § 2.º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156 de 28 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº 178 de 13 de janeiro de 2021, às diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2025, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal extraídas do Plano Plurianual para 2022-2025;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

VII - as disposições gerais.

§ 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

§ 2º - A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2024, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º - Integram a presente Lei os seguintes anexos, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e sus alterações:

I – Anexo de Metas Fiscais / Metas Anuais – demonstrativo I;

II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - demonstrativo II;

III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - demonstrativo III;

IV – Evolução do Patrimônio Líquido - demonstrativo IV;

V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos - demonstrativo V;

VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Receitas e Despesas Previdenciárias Projeção Atuarial - demonstrativo VI;

VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - demonstrativo VII;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - demonstrativo VIII;

IX – Metodologia e memória de cálculo para Estabelecimento das Metas Anuais - demonstrativo IX;

X – Metodologia e memória de cálculo para Estabelecimento do Resultado Primário- demonstrativo X;

XI – Metodologia e memória de cálculo para Estabelecimento do Resultado Nominal- demonstrativo XI;

XII – Montante da Dívida Pública – demonstrativo XII;

XIII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - demonstrativo XIII.

XIV – Relação das ações prioritárias previstas para 2025 - demonstrativo XIV.

METAS FISCAIS ANUAIS

Art. 3º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, Demonstrativo I - Metas Fiscais Anuais, será elaborado em valores correntes e constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2025, 2026 e 2027 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual.

§ 2º - Os valores da coluna relacionados ao "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.



ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

§ 3º - As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 4º - Na hipótese prevista pelo § 3º, o demonstrativo X de que trata o Caput deverá ser encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual,

§ 5º - Durante o exercício de 2025, a meta resultado primário prevista no demonstrativo I, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 6º - Para os fins do disposto no § 5º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 7º - Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparados com as metas ajustadas

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 4º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 5º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio do Município de forma consolidada.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 7º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo V - que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

**AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 8º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Demonstrativo VI, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. Esse demonstrativo estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 9º - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo VII, deverá conter informações que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 10 - O § 2º, inciso V, do Art. 4º da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 11 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

Parágrafo Único - A base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores da receita arrecadada e da despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2025, 2026 e 2027.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 12 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 13 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA
PÚBLICA**

Art. 14 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores aduados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2025, 2026 e 2027.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 15 - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a ser cumprido em 2024, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2024 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretize, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16 - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2025 serão distribuídas nos orçamentos, detalhadas em programas, projetos e atividades, observadas as seguintes destinações:

I - manutenção: recursos orçamentários destinados ao custeio das atividades em andamento;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

II – expansão da manutenção: recursos orçamentários destinados ao acréscimo das despesas de custeio, decorrentes de aumento natural no atendimento aos programas de duração continuada;

III – investimentos: recursos orçamentários destinados à realização de novos projetos e investimentos;

IV – custeio decorrente: recursos orçamentários destinados ao custeio de atividades derivadas de novos investimentos.

§ 1º - Nos orçamentos será prioritária e obrigatória a alocação de recursos suficientes para a manutenção das atividades de caráter continuado, em conformidade com a definição dada às prioridades citadas nos incisos I e II do “caput” deste artigo.

§ 2º - As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2025 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 18 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores a serem estabelecidos no plano plurianual;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV – operações especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em categorias econômicas, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e elementos econômicos, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 19 - A proposta orçamentária do Município para 2025 será encaminhada ao Poder Legislativo, contendo:

I – mensagem;

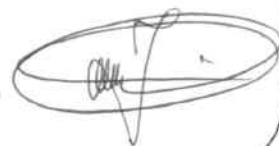
II - projeto de lei orçamentária.

Art. 20 - Integrarão o projeto de lei relativo à lei orçamentária anual:

I - quadros orçamentários consolidados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreendendo:

a) receita por fonte, despesa por categoria econômica e grupos, segundo os orçamentos e despesa por programas;

b) despesa por função, subfunção e programa, conforme os vínculos de recursos;





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

c) receitas previstas para autarquia.

II - anexo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminados por unidade orçamentária, compreendendo autarquia e unidades da administração direta, detalhada até o nível de atividade, projeto e operações especiais, segundo os grupos de despesa, elementos econômicos e as fontes de recursos;

Art. 21 - Para efeito do disposto no art. 20 desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2024, sua proposta orçamentária, para os fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2025 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Art. 23 - Para assegurar a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar Federal no 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar no 131, de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar no 156, de 28 de dezembro de 2016 a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das ações prioritárias que terão recursos consignados nos orçamentos.

Parágrafo único - A Câmara Municipal organizará audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2025 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

§ 1º Até 45 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2025, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida, considerar-se-á a receita arrecadada até 30 de junho de 2024 acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 25 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26 - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 27 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinados à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens.

§ 3º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 4º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 28 - A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo VIII, de que trata o art. 2º, dessa Lei.

Art. 29 - Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, para atender às seguintes finalidades:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 2º desta lei.

II - cobertura de créditos adicionais;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o caput, será fixada em, no mínimo, 0,2 % (zero virgula dois por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma do inciso I do caput não seja utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte até 01 de dezembro de 2025, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, destinados à prestação de serviços públicos de Assistência Social, Saúde, Educação, Defesa Civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

Art. - 30 – As ações prioritárias constantes no anexo de prioridades que não estiverem contempladas no Plano Plurianual – PPA vigente, ficam automaticamente integradas ao mesmo.

Art. - 31 - Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2025 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Art. 32 - As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo I de que trata o art. 2º dessa Lei, serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista caput, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, até 2 (dois) dias antes da audiência, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

Art. 33 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações dos orçamentos contidos na Lei Orçamentária de 2025 até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada na LOA, utilizando como fontes de recursos as prescrições constitucionais e nos termos da Lei n.º 4.320/64:

Art. 34 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2025, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 35 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de abril de 2025.

Art. 36 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 37 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art. 38 - A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o Art.16 da Lei Federal no 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei Federal no 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei no 13.204, de 14 de dezembro de 2015, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Art. 39 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 40 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Art. 41 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de Saúde, Previdência e Assistência Social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 138 a 154, da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II - da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e

III - do Orçamento Fiscal.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 42 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2025, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2025.

Art. 43 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2025, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2024, acrescida de 5%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 44 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 45 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF:

- I- eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II- eliminação das despesas com horas-extras;
- III- exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 46 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 47 - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo XVI desta Lei, a adoção de providências que objetivarem a sua adequação preservará os setores de Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 48 - Se os gastos referidos no artigo anterior atingirem o limite com a prudência de que trata o artigo 22 da Lei Complementar 101/2002, a realização de serviços extraordinários ficará restrita apenas aos setores de Educação, Assistência Social e Saúde em casos excepcionais.

Art. 49 - As dotações destinadas à assistência à população carente serão consignadas em rubricas apropriadas e beneficiarão, preferencialmente, famílias em estado de vulnerabilidade cuja renda per capita seja inferior a meio salário-mínimo, devidamente cadastradas no CadÚnico ou cadastradas em alguma unidade de Referência de Assistência Social do Município.

Art. 50 - As despesas relativas a programas, projetos, serviços e benefícios nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social realizados em cooperação, convênio ou repasse direto com outras esferas de governo serão incluídas de modo específico no orçamento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 51 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Art. 52 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 53 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal para apreciação e votação até do dia 1º de outubro de 2024 em atendimento ao art. 42, § 5º da Constituição Estadual, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do 2º período legislativo.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a 1/12 (um doze avos) das dotações para despesas constantes na proposta orçamentária.

§ 3º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2025, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 4º Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 55 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

modificações ao projeto de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação pelas comissões do legislativo.

Art. 56 - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022 - 2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

Art. 57 - Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, parcerias, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, observado o que prescreve o art. 38 da presente Lei.

Art. 58 - Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere.

Art. 59 - É de responsabilidade do Ordenador da Despesa o cumprimento das disposições contidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal no 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar no 131, de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar no 156, de 28 de dezembro de 2016.

Art. 60 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 61 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 62 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2025, fixação para o custeio de despesas com cartório, concessão de refeições e doações.



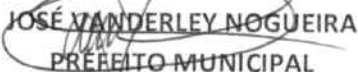
ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

§ 1º- As refeições e lanches, quando necessários, inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 2º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 63 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MORADA NOVA - ESTADO CEARÁ, em 12 de abril de 2024.


JOSÉ VANDERLEY NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

LDO 2025

GESTÃO DE RISCOS FISCAIS

PARTE I
Anexos de Riscos Fiscais



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

LDO 2025

METAS FISCAIS

PARTE II
Anexos de Metas Fiscais

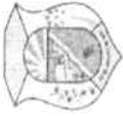


ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo I Metas Anuais - 2025
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, §1º)

ESPECIFICAÇÃO	2025			2027					
	Valor Corrente (a)	% PIB (a/PIB) x 100	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	% PIB (b/PIB) x 100	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	% PIB (c/PIB) x 100	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total (exceto fontes RPPS)	388.651.000,00	0,156	101,635	443.062.000,00	0,167	109,824	505.092.000,00	0,180	118,573
Receitas Primárias(exceto fontes RPPS)(I)	406.899.000,00	0,163	106,407	463.865.000,00	0,175	114,381	528.807.000,00	0,189	124,245
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.352.000,00	0,009	5,584	24.342.000,00	0,009	6,034	27.750.000,00	0,010	6,520
Transferências Correntes	355.214.000,00	0,142	92,891	404.944.000,00	0,153	100,376	461.637.000,00	0,174	108,463
Demais Receitas Primárias Correntes	23.173.000,00	0,009	6,060	26.417.000,00	0,010	6,548	30.115.000,00	0,011	7,076
Receitas Primárias de Capital	7.160.000,00	0,003	1,872	8.162.000,00	0,003	2,023	9.305.000,00	0,004	2,186
Despesa Total (exceto fontes RPPS)	414.353.069,96	0,166	108,357	466.589.636,56	0,176	115,656	528.582.636,56	0,200	124,192
Despesas Primárias(exceto fontes RPPS)(II)	382.231.000,00	0,153	99,957	435.743.000,00	0,165	108,010	495.747.000,00	0,188	116,712
Despesas Primárias Correntes	349.593.000,00	0,140	91,421	398.536.000,00	0,151	98,787	454.331.000,00	0,172	106,746
Personal e Encargos Sociais	179.902.000,00	0,072	47,046	205.088.000,00	0,077	50,836	233.800.000,00	0,088	54,932
Outras Despesas Correntes	169.691.000,00	0,068	44,376	193.448.000,00	0,073	47,951	220.531.000,00	0,083	51,814
Despesas Primárias de Capital	38.320.000,00	0,015	10,021	43.684.000,00	0,017	10,828	49.800.000,00	0,019	11,701
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	25.924.069,96	0,010	6,779	23.781.636,56	0,009	5,895	23.781.636,56	0,009	5,588
Receita Total (com fontes RPPS)	43.597.000,00	0,017	11,401	39.994.000,00	0,015	9,914	39.994.000,00	0,015	9,397
Receitas Primárias (com fontes RPPS) (III)	39.409.000,00	0,016	10,306	44.925.000,00	0,017	11,136	51.216.000,00	0,019	12,033
Despesa Total (com fontes RPPS)	43.597.000,00	0,017	11,401	49.697.000,00	0,019	12,319	56.655.000,00	0,021	13,311
Despesas Primárias (com fontes RPPS) (IV)	43.594.000,00	0,017	11,400	49.697.000,00	0,019	12,319	56.655.000,00	0,021	13,311
Resultado Primário(sem RPPS) Acima da Linha (V)=(I - II)	24.668.000,00	0,010	6,451	28.122.000,00	0,011	6,971	32.060.000,00	0,011	7,533
Resultado Primário (com RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	20.483.000,00	0,008	5,356	23.351.000,00	0,009	5,788	26.621.000,00	0,010	6,255
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)									
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)									
Dívida Pública Consolidada (DC)	16.093.897,20	0,006	4,209	9.618.897,20	0,004	2,384	2.232.897,20	0,001	0,525
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	33.663.143,00	0,013	8,803	26.585.504,01	0,010	6,590	18.857.799,97	0,007	4,431
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da Linha	5.964.034,58	0,002	1,560	7.077.638,99	0,003	1,754	7.727.704,05	0,003	1,816

Fonte - Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo I Metas Anuais - 2025

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

(R\$)

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
PIB real (crescimento % anual)	2,00	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,50	8,50	8,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,00	5,04	5,10
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,51	3,50	3,50
PIB nominal	249.604.465.667,55	264.721.635.328,47	280.096.800.269,16
Receita Corrente Líquida - RCL	382.397.014,20	403.428.949,98	425.617.436,72

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025	2026	2027
Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação
1,0351	1,0713	1,1088

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

Josefa Nogueira Nogueira
Prefeita Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2025

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas			II - Metas Realizadas			Variação (II - I)	
	2023	% PIB	% RCL	2023	% PIB	% RCL	Valor	%
	(a)			(b)			(c) = (b - a)	(c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	251.110.400,00	0,120	101,573	238.209.013,29	0,122	101,291	-12.901.386,71	-5,14
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	246.202.500,00	0,118	99,588	235.075.720,96	0,121	99,958	-11.126.779,04	-4,52
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	251.138.270,72	0,120	101,585	250.341.705,19	0,128	106,450	-796.565,53	-0,32
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	244.125.270,72	0,117	98,748	247.071.656,82	0,127	105,059	2.946.386,10	1,21
Receita Total (COM FONTES RPPS)	38.169.600,00	0,018	15,440	35.446.523,47	0,018	15,072	-2.723.076,53	-7,13
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	35.417.600,00	0,017	14,326	29.757.149,46	0,015	12,653	-5.660.450,54	-15,98
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	38.169.600,00	0,018	15,440	30.226.024,94	0,016	12,853	-7.943.575,06	-20,81
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	38.167.100,00	0,018	15,438	30.226.024,94	0,016	12,853	-7.941.075,06	-20,81
Resultado Primário (SEM FONTES RPPS)	2.077.229,28	0,001	0,840	-11.995.935,86	-0,006	-5,101	-14.073.165,14	-677,50
Acima da Linha (V) = (I - II)	-672.270,72	0,000	-0,272	-12.464.811,34	-0,006	-5,300	-11.792.540,62	1.754,14
Resultado Primário (COM FONTES RPPS)								
Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)								
Dívida Pública Consolidada (DC)	26.348.367,20	0,013	10,658	26.348.367,20	0,014	11,204	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	44.534.751,40	0,021	18,014	44.534.751,40	0,023	18,937	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-29.480.251,02	-0,014	-11,925	-29.480.251,02	-0,015	-12,536	0,00	0,00

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2023

ESPECIFICAÇÃO

	Valor Previsto 2023	Valor Realizado 2023
PIB nominal	209.418.400.000,00	194.885.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	247.220.400,00	235.173.640,62

Morada Nova - Ce, 12 de abril de 2024

José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2025

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

1302

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO

VALORES A PREÇOS CORRENTES

	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	229.025.940,67	238.209.674,48	4,0	312.746.150,00	31,3	388.651.000,00	24,3	443.062.000,00	14,0	505.092.000,00	14,0
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	225.988.835,58	235.075.720,96	4,0	307.055.260,00	30,6	406.899.000,00	32,5	463.865.000,00	14,0	528.807.000,00	14,0
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	231.202.650,27	250.341.705,19	8,3	312.568.980,00	24,9	414.353.069,96	32,6	466.589.636,56	12,6	528.582.636,56	13,3
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	223.178.972,35	247.071.656,82	10,7	308.203.780,00	24,7	382.231.000,00	24,0	435.743.000,00	14,0	496.747.000,00	14,0
Receita Total (COM FONTES RPPS)	30.728.904,87	35.446.523,47	15,4	35.082.500,00	-1,0	43.597.000,00	24,3	39.994.000,00	-8,3	39.994.000,00	0,0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	28.605.822,19	29.757.149,46	4,0	31.712.500,00	6,5	39.409.000,00	24,3	44.926.000,00	14,0	51.216.000,00	14,0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	23.624.192,35	30.226.024,94	27,9	35.082.500,00	16,1	43.597.022,75	24,3	39.994.050,00	-8,3	39.994.050,00	0,0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	23.624.192,35	30.226.024,94	27,9	35.080.000,00	16,1	69.932.128,43	99,4	69.901.226,00	0,0	69.901.226,00	0,0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	2.809.863,53	-11.995.935,86	-526,9	-1.148.520,00	-90,4	24.668.000,00	-2.247,8	28.122.000,00	14,0	32.060.000,00	14,0
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	7.791.493,17	-12.464.811,34	-250,0	-4.516.020,00	-63,8	-5.855.128,43	29,7	3.146.774,00	-153,7	13.374.774,00	325,0
Dívida Pública Consolidada (DC)	28.661.840,96	26.348.367,20	-8,1	21.775.897,20	-17,4	16.093.897,20	-26,1	9.615.897,20	-40,2	2.232.897,20	-76,8
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	15.054.500,38	44.534.751,40	195,8	39.627.177,59	-11,0	33.663.143,00	-15,1	26.585.504,01	-21,0	18.857.799,97	-29,1
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	46.146.126,77	-29.480.251,02	-163,9	4.907.573,81	-116,6	5.964.034,58	21,5	7.077.638,99	18,7	7.727.704,05	9,2



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2025

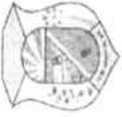
AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

1302

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	248.640.120,73	247.190.179,21	-0,6	312.746.150,00	26,5	375.471.935,08	20,1	413.563.160,13	10,1	455.520.033,49	10,1
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	245.342.912,79	243.938.075,64	-0,6	307.055.260,00	25,9	393.101.149,65	28,0	432.981.107,10	10,1	476.907.538,33	10,1
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	251.003.247,53	259.779.587,48	3,5	312.568.980,00	20,3	400.302.453,83	28,1	435.524.338,76	8,8	476.705.194,91	9,5
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	242.292.407,87	256.386.258,28	5,8	308.203.780,00	20,2	369.269.635,78	19,8	406.731.455,38	10,1	447.994.048,76	10,1
Receita Total (COM FONTES RPPS)	33.360.581,75	36.782.857,40	10,3	35.082.500,00	-4,6	42.118.635,88	20,1	37.331.220,07	-11,4	36.068.811,66	-3,4
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	31.055.674,58	30.878.993,99	-0,6	31.712.500,00	2,7	38.072.649,99	20,1	41.934.850,05	10,1	46.189.434,87	10,1
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	25.647.409,29	31.365.546,08	22,3	35.082.500,00	11,9	42.118.657,86	20,1	37.331.266,74	-11,4	36.068.856,75	-3,4
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	25.647.409,29	31.365.546,08	22,3	35.080.000,00	11,8	67.560.746,24	92,6	65.247.238,36	-3,4	63.040.810,01	-3,4
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	3.050.504,91	-12.448.182,64	-508,1	-1.148.520,00	-90,8	23.831.513,86	-2.175,0	26.249.651,72	10,1	28.913.489,57	10,1
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	8.458.770,20	-12.934.734,73	-252,9	-4.516.020,00	-65,1	-5.656.582,39	25,3	2.937.263,41	-151,9	12.062.114,43	310,7
Dívida Pública Consolidada (DC)	31.116.490,89	27.341.700,64	-12,1	21.775.897,20	-20,4	15.548.156,89	-28,6	8.976.609,14	-42,3	2.013.750,78	-77,6
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	16.343.793,99	46.213.711,53	182,8	39.627.177,59	-14,3	32.521.633,66	-17,9	24.815.454,84	-23,7	17.007.011,93	-31,5
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	50.098.161,36	-30.591.655,48	-161,1	4.907.573,81	-116,0	5.761.795,56	17,4	6.606.413,43	14,7	6.969.272,94	5,5

Fonte: Sistema Aspect Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2025

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

1302

(R\$)

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	5,79	4,62	3,77	3,51	3,50	3,50
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor x Índice	Valor x Índice	Valor x Índice	Valor x Índice	Valor / Índice	Valor / Índice	Valor / Índice
1,0856	1,0377	1,000	1,0351	1,0713		1,1088

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

Jose Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2025

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023		2022		2021	
		%		%		%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	78.619.844,62	100,00	90.910.193,73	100,00	37.038.728,32	100,00
TOTAL	78.619.844,62	100,00	90.910.193,73	100,00	37.038.728,32	100,00

(R\$)

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023		2022		2021	
		%		%		%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	42.036.819,54	100,00	39.069.772,77	100,00	10.072.647,30	100,00
TOTAL	42.036.819,54	100,00	39.069.772,77	100,00	10.072.647,30	100,00

(R\$)

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024


José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2025

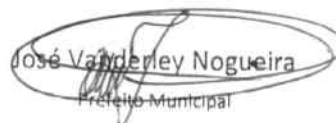
AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
	(a)	(b)	(c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2023	2022	2021
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2023	2022	2021
	(g) = ((Ia-IIId) + IIIh) (h) = ((Ib-IIe) + IIIi)		(I) = (Ic - Iif)
Valor (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024


José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	9.248.712,86	5.624.980,47	9.077.543,51
Receita de Contribuições dos Segurados	2.861.791,10	1.709.250,09	2.065.898,80
Ativo	2.861.791,10	1.709.250,09	2.065.898,80
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	5.293.774,93	795.595,29	1.360.914,74
Ativo	5.293.774,93	795.595,29	1.360.914,74
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	823.005,87	1.388.607,37	5.645.065,49
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	823.005,87	1.388.607,37	5.645.065,49
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	270.140,96	1.731.527,72	5.664,48
Compensação Previdenciária entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	1.731.527,72	5.664,48
Demais Receitas Correntes	270.140,96	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	9.248.712,86	3.893.452,75	9.071.879,03
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	149.167,67	249.129,49	454.745,86
Aposentadorias	26.458,90	80.492,30	66.364,48
Pensões Por Morte	122.708,77	168.637,19	388.381,38



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

Outras Despesas Previdenciárias	0,00	1.119,10	2.795,70
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	1.119,10	2.795,70
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	149.167,67	250.248,59	457.541,56
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	9.099.545,19	3.643.204,16	8.614.337,47
RESULTADO PREV. - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPIT. DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte e Periodicidade de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalente de Caixa	31.334.893,78	15.648.734,20	18.908.928,55
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	2.603.035,67



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)	15.133.980,74	23.897.274,77	20.926.131,58
Receita de Contribuições dos Segurados	4.824.766,38	14.109.576,06	8.734.917,46
Ativo	4.824.766,38	14.109.576,06	8.734.917,46
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	10.034.315,27	9.787.698,71	12.127.372,20
Ativo	10.034.315,27	9.787.698,71	12.127.372,20
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.195,17	0,00	17.051,17
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	31.195,17	0,00	17.051,17
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	243.703,92	0,00	46.790,75
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	243.703,92	0,00	46.790,75
RECEITA DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	15.133.980,74	23.897.274,77	20.926.131,58



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	17.736.944,67	0,00	28.172.221,68
Aposentadorias	16.157.048,34	0,00	26.132.040,18
Pensões por Morte	1.579.896,33	0,00	2.040.181,50
Outras Despesas Previdenciárias	8.181,92	0,00	2.311,74
Compensação Previdenciária entre Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	8.181,92	0,00	2.311,74
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	17.745.126,59	0,00	28.174.533,42
RESULTADO PREV. - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	-2.611.145,85	23.897.274,77	-7.248.401,84
APORTES DE REC. PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	4.698.384,20	36.026.464,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

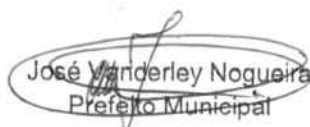
(R\$)

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)*			
	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (ADMINISTRAÇÃO DO RPPS)			
	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	18.635.219,84	23.587.429,21
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
	2021	2022	2023
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	3.114.500,00	0,00	29.180,64
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	3.114.500,00	0,00	29.180,64
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURC)			
	2021	2022	2023
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.412.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	1.412.500,00	0,00	0,00
RESULT. DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XV)	1.702.000,00	0,00	29.180,64

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

- 1) Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
- 2) O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024


José Wanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2025	1.737.661,50	251.015,68	1.486.645,82	43.154.638,87
2026	1.679.342,76	233.768,11	1.445.574,65	44.600.213,52
2027	1.752.308,63	240.629,68	1.511.678,95	46.111.892,47
2028	1.828.743,34	247.412,94	1.581.330,40	47.693.222,87
2029	1.908.816,24	254.139,38	1.654.676,86	49.347.899,73
2030	1.992.704,69	260.829,77	1.731.874,92	51.079.774,65
2031	2.080.200,74	263.567,67	1.816.633,07	52.896.407,72
2032	2.172.287,10	270.254,68	1.902.032,42	54.798.440,14
2033	2.195.178,86	323.277,31	1.871.901,55	56.670.341,69
2034	2.248.283,48	359.064,64	1.889.218,84	58.559.560,53
2035	2.324.102,73	358.747,07	1.965.355,66	60.524.916,19
2036	2.388.278,07	398.997,38	1.989.280,69	62.514.196,88
2037	2.425.005,54	421.945,29	2.003.060,25	64.517.257,13
2038	2.403.097,92	450.890,63	1.952.207,29	66.469.464,42
2039	2.462.809,16	537.326,09	1.925.483,07	68.394.947,49
2040	2.507.141,19	641.573,31	1.865.567,88	70.260.515,37
2041	2.586.938,46	695.590,23	1.891.348,23	72.151.863,60
2042	2.678.750,82	750.113,39	1.928.637,43	74.080.501,03
2043	2.649.596,99	926.263,41	1.723.333,58	75.803.834,61
2044	2.476.042,19	1.461.382,63	1.014.659,56	76.818.494,17
2045	2.313.528,11	1.966.849,25	346.678,86	77.165.173,03
2046	2.185.701,18	2.398.717,16	-213.015,98	76.952.157,05
2047	1.970.798,10	3.003.191,89	-1.032.393,79	75.919.763,26
2048	1.884.130,93	3.316.057,74	-1.431.926,81	74.487.836,45
2049	1.685.995,08	3.868.145,87	-2.182.150,79	72.305.685,66
2050	1.474.143,08	4.447.520,06	-2.973.376,98	69.332.308,68
2051	1.353.180,86	4.826.028,84	-3.472.847,98	65.859.460,70
2052	1.239.656,14	5.177.167,75	-3.937.511,61	61.921.949,09
2053	1.100.617,39	5.582.902,64	-4.482.285,25	57.439.663,84



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2054	978.210,96	5.910.119,35	-4.931.908,39	52.507.755,45
2055	890.064,09	6.135.564,37	-5.245.500,28	47.262.255,17
2056	819.456,93	6.319.291,21	-5.499.834,28	41.762.420,89
2057	760.290,89	6.439.412,01	-5.679.121,12	36.083.299,77
2058	715.413,53	6.508.358,40	-5.792.944,87	30.290.354,90
2059	690.091,19	6.517.156,14	-5.827.064,95	24.463.289,95
2060	686.006,59	6.457.851,51	-5.771.844,92	18.691.445,03
2061	674.674,85	6.409.004,08	-5.734.329,23	12.957.115,80
2062	662.073,66	3.654.885,22	-2.992.811,56	9.964.304,24
2063	633.703,19	6.337.031,93	-5.703.328,74	4.260.975,50
2064	624.735,33	6.247.353,25	-5.622.617,92	-1.361.642,42
2065	614.829,48	6.148.294,82	-5.533.465,34	-6.895.107,76
2066	603.905,03	6.039.050,27	-5.435.145,24	-12.330.253,00
2067	591.880,89	5.918.808,91	-5.326.928,02	-17.657.181,02
2068	578.678,04	5.786.780,41	-5.208.102,37	-22.865.283,39
2069	564.231,83	5.642.318,26	-5.078.086,43	-27.943.369,82
2070	548.498,49	5.484.984,88	-4.936.486,39	-32.879.856,21
2071	531.448,46	5.314.484,63	-4.783.036,17	-37.662.892,38
2072	513.075,60	5.130.755,98	-4.617.680,38	-42.280.572,76
2073	493.396,66	4.933.966,58	-4.440.569,92	-46.721.142,68
2074	472.458,79	4.724.587,89	-4.252.129,10	-50.973.271,78
2075	450.336,47	4.503.364,73	-4.053.028,26	-55.026.300,04
2076	427.131,68	4.271.316,83	-3.844.185,15	-58.870.485,19
2077	402.970,89	4.029.708,89	-3.626.738,00	-62.497.223,19
2078	378.004,82	3.780.048,17	-3.402.043,35	-65.899.266,54
2079	352.404,91	3.524.049,15	-3.171.644,24	-69.070.910,78
2080	326.359,36	3.263.593,56	-2.937.234,20	-72.008.144,98
2081	300.072,04	3.000.720,36	-2.700.648,32	-74.708.793,30
2082	273.759,21	2.737.592,14	-2.463.832,93	-77.172.626,23
2083	247.647,23	2.476.472,28	-2.228.825,05	-79.401.451,28
2084	221.966,39	2.219.663,89	-1.997.697,50	-81.399.148,78
2085	196.948,51	1.969.485,10	-1.772.536,59	-83.171.685,37



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2086	172.821,68	1.728.216,83	-1.555.395,15	-84.727.080,52
2087	149.806,39	1.498.063,87	-1.348.257,48	-86.075.338,00
2088	128.112,26	1.281.122,63	-1.153.010,37	-87.228.348,37
2089	107.931,90	1.079.319,01	-971.387,11	-88.199.735,48
2090	89.434,73	894.347,29	-804.912,56	-89.004.648,04
2091	72.760,95	727.609,51	-654.848,56	-89.659.496,60
2092	58.013,24	580.132,41	-522.119,17	-90.181.615,77
2093	45.245,83	452.458,26	-407.212,43	-90.588.828,20
2094	34.452,12	344.521,16	-310.069,04	-90.898.897,24
2095	25.561,11	255.611,13	-230.050,02	-91.128.947,26
2096	18.446,30	184.463,03	-166.016,73	-91.294.963,99
2097	12.929,02	129.290,17	-116.361,15	-91.411.325,14
2098	10.235,91	102.359,03	-92.123,12	-91.503.448,26
2099	8.103,77	81.037,64	-72.933,88	-91.576.382,14



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	(a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	(b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO (c) EXERCÍCIO Exercício Anterior) + (c)	(d) = (d
2025	42.532.863,55		42.532.863,55		0,00	0,00	
2026	45.463.119,35		45.463.119,35		0,00	0,00	
2027	48.194.380,41		48.194.380,41		0,00	0,00	
2028	50.365.176,22		50.365.176,22		0,00	0,00	
2029	54.352.414,38		54.352.414,38		0,00	0,00	
2030	54.033.209,30		54.033.209,30		0,00	0,00	
2031	55.703.652,35		55.703.652,35		0,00	0,00	
2032	56.523.545,71		56.523.545,71		0,00	0,00	
2033	57.144.799,21		57.144.799,21		0,00	0,00	
2034	58.019.066,85		58.019.066,85		0,00	0,00	
2035	58.768.414,93		58.768.414,93		0,00	0,00	
2036	59.577.529,13		59.577.529,13		0,00	0,00	
2037	59.959.296,89		59.959.296,89		0,00	0,00	
2038	60.013.998,42		60.013.998,42		0,00	0,00	
2039	60.168.847,16		60.168.847,16		0,00	0,00	
2040	60.271.907,37		60.271.907,37		0,00	0,00	
2041	60.752.676,36		60.752.676,36		0,00	0,00	
2042	60.696.870,03		60.696.870,03		0,00	0,00	
2043	60.779.953,18		60.779.953,18		0,00	0,00	
2044	60.232.202,30		60.232.202,30		0,00	0,00	
2045	59.147.418,81		59.147.418,81		0,00	0,00	
2046	58.026.075,00		58.026.075,00		0,00	0,00	
2047	56.764.093,21		56.764.093,21		0,00	0,00	
2048	55.595.732,34		55.595.732,34		0,00	0,00	
2049	54.031.668,22		54.031.668,22		0,00	0,00	
2050	52.258.201,65		52.258.201,65		0,00	0,00	
2051	50.418.082,79		50.418.082,79		0,00	0,00	
2052	48.515.069,64		48.515.069,64		0,00	0,00	
2053	46.553.808,41		46.553.808,41		0,00	0,00	



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2054	44.540.011,35	44.540.011,35	0,00	0,00
2055	42.480.265,34	42.480.265,34	0,00	0,00
2056	40.382.130,78	40.382.130,78	0,00	0,00
2057	38.253.927,24	38.253.927,24	0,00	0,00
2058	36.104.666,62	36.104.666,62	0,00	0,00
2059	33.944.060,23	33.944.060,23	0,00	0,00
2060	31.782.405,45	31.782.405,45	0,00	0,00
2061	29.630.602,04	29.630.602,04	0,00	0,00
2062	27.499.825,55	27.499.825,55	0,00	0,00
2063	25.401.608,47	25.401.608,47	0,00	0,00
2064	23.347.470,54	23.347.470,54	0,00	0,00
2065	21.348.630,25	21.348.630,25	0,00	0,00
2066	19.415.723,80	19.415.723,80	0,00	0,00
2067	17.558.576,68	17.558.576,68	0,00	0,00
2068	15.786.143,45	15.786.143,45	0,00	0,00
2069	14.105.899,90	14.105.899,90	0,00	0,00
2070	12.523.773,30	12.523.773,30	0,00	0,00
2071	11.044.330,44	11.044.330,44	0,00	0,00
2072	9.670.646,64	9.670.646,64	0,00	0,00
2073	8.404.284,74	8.404.284,74	0,00	0,00
2074	7.245.587,71	7.245.587,71	0,00	0,00
2075	6.193.905,07	6.193.905,07	0,00	0,00
2076	5.247.587,67	5.247.587,67	0,00	0,00
2077	4.403.683,68	4.403.683,68	0,00	0,00
2078	3.657.874,18	3.657.874,18	0,00	0,00
2079	3.004.910,45	3.004.910,45	0,00	0,00
2080	2.438.951,75	2.438.951,75	0,00	0,00
2081	1.953.563,79	1.953.563,79	0,00	0,00
2082	1.541.697,51	1.541.697,51	0,00	0,00
2083	1.196.238,23	1.196.238,23	0,00	0,00
2084	910.387,31	910.387,31	0,00	0,00
2085	677.475,10	677.475,10	0,00	0,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2025

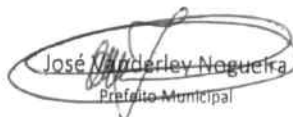
AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2086	491.055,06	491.055,06	0,00	0,00
2087	3.475.058,39	3.475.058,39	0,00	0,00
2088	233.706,16	233.706,16	0,00	0,00
2089	151.440,78	151.440,78	0,00	0,00
2090	93.035,63	93.035,63	0,00	0,00
2091	53.623,81	53.623,81	0,00	0,00
2092	28.686,71	28.686,71	0,00	0,00
2093	14.151,31	14.151,31	0,00	0,00
2094	6.503,05	6.503,05	0,00	0,00
2095	3.017,59	3.017,59	0,00	0,00
2096	1.755,29	1.755,29	0,00	0,00
2097	1.389,70	1.389,70	0,00	0,00
2098	1.100,23	1.100,23	0,00	0,00
2099	871,05	871,05	0,00	0,00

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024


José Wanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2025

AMF - Demonstrativo VII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BE NEFIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
ISS	Incentivo Fiscal e Tributário	Atrair Empresas de	55.500,00	56.200,00	56.500,00	Aumento da Arrecadação e crescimento nas fontes de receita.
		Prestação de Serviços				
IPTU	Incentivo Fiscal e Tributário	Instalação de Indústrias	31.000,00	31.400,00	31.200,00	Aumento da Arrecadação e crescimento nas fontes de receita.
TAXAS	Incentivo Fiscal e Tributário	Instalação de Indústrias	22.300,00	22.700,00	22.500,00	Aumento da Arrecadação e crescimento nas fontes de receita.
TOTAL			108.800,00	110.300,00	110.200,00	

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova - Ce, 12 de abril de 2024

José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2025

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	77.978.335,00
(-) Transferências Constitucionais	69.375.400,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	8.602.935,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	8.602.935,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	8.602.935,00

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

As despesas de caráter obrigatório referido na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024


José Wanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

LDO 2025

Memória e Metodologia

Demonstrativos de Memória e Metodologia



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

1 - RECEITAS
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES	235.820.763,45	250.518.567,72	321.284.665,00	399.263.000,00	455.161.000,00	518.885.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.242.694,13	15.221.745,06	17.181.875,00	21.353.000,00	24.343.000,00	27.752.000,00
IPTU	872.747,22	516.757,73	1.712.500,00	2.128.000,00	2.426.000,00	2.766.000,00
IRRF	5.537.755,11	6.899.135,22	5.750.000,00	7.146.000,00	8.146.000,00	9.286.000,00
ISS	7.072.174,16	6.229.581,59	8.125.000,00	10.097.000,00	11.511.000,00	13.123.000,00
ITBI	135.066,54	139.147,42	537.500,00	668.000,00	762.000,00	869.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	7.500,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00
Rec. Da Dívida Ativa Tributária - IPTU	76.663,42	753.637,58	250.000,00	311.000,00	355.000,00	405.000,00
Rec. Da Dívida Ativa Tributária - ISS	0,00	28.733,19	12.500,00	16.000,00	18.000,00	21.000,00
Outras	548.287,68	654.752,33	786.875,00	978.000,00	1.115.000,00	1.271.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.191.336,74	13.099.710,69	15.512.500,00	19.277.000,00	21.976.000,00	25.053.000,00
Contr. Prev. Servidor Ativo	9.463.580,97	9.608.762,34	6.000.000,00	7.456.000,00	8.500.000,00	9.690.000,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr. Servidor Parcelamentos	0,00	0,00	4.200.000,00	5.219.000,00	5.950.000,00	6.783.000,00
Contr. Iluminação Pública - CIP	3.727.755,77	3.490.948,35	5.312.500,00	6.602.000,00	7.526.000,00	8.580.000,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITA PATRIMONIAL	5.160.187,67	7.722.666,34	8.690.890,00	10.800.000,00	12.312.000,00	14.036.000,00
Aplicações Financeiras	5.160.187,67	7.722.666,34	8.690.890,00	10.800.000,00	12.312.000,00	14.036.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.328.723,29	12.333.438,85	15.973.250,00	19.850.000,00	22.629.000,00	25.797.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	207.888.607,84	218.948.618,27	285.839.600,00	355.215.000,00	404.945.000,00	461.638.000,00
FPM	63.422.048,01	65.413.416,83	90.625.000,00	112.620.000,00	128.387.000,00	146.361.000,00
SUS	30.162.098,43	33.987.571,70	37.085.725,00	46.086.000,00	52.538.000,00	59.893.000,00
FNAS	933.954,31	1.453.564,37	1.475.000,00	1.833.000,00	2.090.000,00	2.383.000,00
FNDE	4.345.284,75	4.942.737,91	6.686.250,00	8.309.000,00	9.472.000,00	10.798.000,00
ICMS	27.916.946,17	28.311.791,39	38.750.000,00	48.155.000,00	54.897.000,00	62.583.000,00
IPVA	3.286.180,04	4.368.085,91	6.312.500,00	7.845.000,00	8.943.000,00	10.195.000,00
IPI	83.363,74	94.176,05	137.500,00	171.000,00	195.000,00	222.000,00
FUNDEB	68.751.257,64	65.806.443,55	90.250.000,00	112.154.000,00	127.856.000,00	145.756.000,00
Transf. De Convênios - Estados	0,00	273.700,00	1.476.250,00	1.835.000,00	2.092.000,00	2.385.000,00
Transf. De Convênios - União	0,00	0,00	2.387.500,00	2.967.000,00	3.382.000,00	3.855.000,00
Outras	8.987.474,75	14.297.130,56	10.653.875,00	13.240.000,00	15.094.000,00	17.207.000,00

AV. MANOEL CASTRO, 726 - CENTRO - MORADA NOVA - CEARA - CEP 62.940-000 CNPJ 07.782.840/0001-00 - CGF 06.920.171-4



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

I - RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO	
	2022	2023		2025	2026
Dedução FUNDEB	-17.881.612,42	-18.598.181,89	-25.317.200,00	-31.462.000,00	-40.888.000,00
Outras Deduções de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.890.826,20	1.790.570,40	3.403.750,00	4.230.000,00	5.497.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.522.878,06	2.787.682,75	5.761.485,00	7.160.000,00	9.305.000,00
Operações de Crédito	0,00	1.100.000,00	370.000,00	460.000,00	597.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	19.000,00	24.000,00	31.000,00
Transf. de Capital	4.522.878,06	1.687.682,75	5.372.485,00	6.676.000,00	8.677.000,00
SUB-TOTAL	240.443.641,51	253.306.250,47	327.046.150,00	406.423.000,00	528.190.000,00
Receitas Intra-Orçamentárias	19.311.204,03	20.349.286,29	21.227.500,00	26.379.000,00	34.282.000,00
TOTAL GERAL	259.754.845,54	273.655.536,76	348.273.650,00	432.802.000,00	562.472.000,00

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

II - Despesas
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA			PREVISÃO		
	2022	2023	2023	2024	2025	2026	2027	
DESPESAS CORRENTES (I)	227.694.398,27	269.841.377,62	316.514.360,00		393.333.000,00	448.400.000,00	511.176.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	129.256.537,37	155.185.764,27	178.214.310,00		221.467.000,00	252.472.000,00	287.818.000,00	
Juros e Encargos da Dívida	127,39	185.458,33	417.400,00		519.000,00	592.000,00	675.000,00	
Outras Despesas Correntes	98.437.733,51	114.470.155,02	137.882.650,00		171.347.000,00	195.336.000,00	222.683.000,00	
DESPESA DE CAPITAL (II)	27.132.781,89	10.726.352,51	31.137.120,00		38.694.000,00	44.111.000,00	50.287.000,00	
Investimentos	19.109.231,36	7.503.902,47	25.891.350,00		32.175.000,00	36.680.000,00	41.815.000,00	
Inversões Financeiras	0,00	137.860,00	673.300,00		837.000,00	954.000,00	1.088.000,00	
Amortização da Dívida	8.023.550,53	3.084.590,04	4.572.470,00		5.682.000,00	6.477.000,00	7.384.000,00	
SUB TOTAL DA DESPESA	254.827.180,16	280.567.730,13	347.651.480,00		432.027.000,00	492.511.000,00	561.463.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	622.170,00		775.000,00	884.000,00	1.009.000,00	
Total Das Despesas	254.827.180,16	280.567.730,13	348.273.650,00		432.802.000,00	493.395.000,00	562.472.000,00	

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável: Secretária de Planejamento e Finanças, Data de emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

José Vanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

III - Resultado Primário
Art. 52º, inciso II da LRF

(R\$)

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	224.403.062,61	235.421.991,73	306.984.665,00	381.491.000,00	434.900.000,00	495.787.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.242.694,13	15.221.745,06	17.181.875,00	21.352.000,00	24.342.000,00	27.750.000,00
IPTU	949.410,64	1.270.395,31	1.970.000,00	2.448.000,00	2.791.000,00	3.182.000,00
ISS	7.072.174,16	6.258.314,78	8.137.500,00	10.112.000,00	11.528.000,00	13.142.000,00
ITBI	135.066,54	139.147,42	537.500,00	668.000,00	762.000,00	869.000,00
IRRF	5.537.755,11	6.899.135,22	5.750.000,00	7.146.000,00	8.146.000,00	9.286.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	548.287,68	654.752,33	786.875,00	978.000,00	1.115.000,00	1.271.000,00
Contribuições	3.727.755,77	3.490.948,35	5.312.500,00	6.602.000,00	7.526.000,00	8.580.000,00
Receita Patrimonial	3.037.104,99	2.033.953,52	5.320.890,00	5.612.000,00	7.538.000,00	8.593.000,00
Aplicações Financeiras (II)	3.037.104,99	2.033.953,52	5.320.890,00	5.612.000,00	7.538.000,00	8.593.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	207.888.607,84	218.948.618,27	285.839.600,00	355.214.000,00	404.944.000,00	461.637.000,00
Cota-Parte do FPM	63.422.048,01	65.413.416,83	90.625.000,00	112.620.000,00	128.387.000,00	146.361.000,00
Cota-Parte do ICMS	27.916.946,17	28.311.791,39	38.750.000,00	48.155.000,00	54.897.000,00	62.583.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.286.180,04	4.368.085,91	6.312.500,00	7.845.000,00	8.943.000,00	10.195.000,00
Cota-Parte do ITR	14.655,77	16.343,22	25.000,00	31.000,00	35.000,00	40.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	68.751.257,64	65.806.443,55	90.250.000,00	112.154.000,00	127.856.000,00	145.756.000,00
Outras Transferências Correntes	44.497.520,21	55.032.537,37	59.877.100,00	74.409.000,00	84.826.000,00	96.702.000,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

	(R\$)								
Dedução FUNDEB	-17.881.612,42	-18.598.181,89	-25.317.200,00	-31.452.000,00	35.867.000,00	-40.888.000,00			
Outras Deduções de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demais Receitas Correntes	13.388.512,30	14.324.908,42	18.647.000,00	23.173.000,00	16.417.000,00	30.115.000,00			
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas Correntes Restantes	13.388.512,30	14.324.908,42	18.647.000,00	23.173.000,00	16.417.000,00	30.115.000,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [(I + III)]	221.365.957,62	233.388.038,21	301.663.775,00	374.878.000,00	417.361.000,00	487.194.000,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	28.605.822,19	29.757.149,46	31.712.500,00	39.409.000,00	14.926.000,00	51.216.000,00			
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	2.123.082,68	5.689.374,01	3.370.000,00	4.188.000,00	4.774.000,00	5.442.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.622.878,06	2.787.682,75	5.761.485,00	7.160.000,00	8.162.000,00	9.305.000,00			
Operações de Crédito (VIII)	0,00	1.100.000,00	370.000,00	460.000,00	524.000,00	597.000,00			
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Bens	0,00	0,00	19.000,00	24.000,00	27.000,00	31.000,00			
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	19.000,00	24.000,00	27.000,00	31.000,00			
Transferências de Capital	4.622.878,06	1.687.682,75	5.372.485,00	6.676.000,00	7.611.000,00	8.677.000,00			
Convênios	591.526,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Transferências de Capital	4.031.351,52	1.687.682,75	5.372.485,00	6.676.000,00	7.611.000,00	8.677.000,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

	(R\$)					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	4.622.878,06	1.687.682,75	5.391.485,00	6.700.000,00	7.638.000,00	8.708.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	254.594.657,87	264.832.870,42	338.767.760,00	420.987.000,00	479.925.000,00	547.118.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	225.988.835,68	235.075.720,96	307.055.260,00	381.578.000,00	434.959.000,00	495.902.000,00
DESPESA PRIMÁRIAS	PREVISÃO					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	204.103.269,38	239.818.168,65	281.732.760,00	350.109.000,00	399.124.000,00	455.001.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	106.163.715,01	125.824.735,14	144.767.310,00	179.902.000,00	205.088.000,00	233.800.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	127,39	185.458,33	414.900,00	516.000,00	588.000,00	670.000,00
Outras Despesas Correntes	97.939.426,98	113.807.975,18	136.550.550,00	169.691.000,00	193.448.000,00	220.531.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	204.103.141,99	239.632.710,32	281.317.860,00	349.593.000,00	398.536.000,00	454.331.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	23.590.791,35	30.023.208,97	34.779.100,00	43.220.000,00	49.271.000,00	56.169.000,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	2.500,00	3.106,75	3.541,70	4.037,53
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	27.099.380,89	10.523.536,54	30.836.220,00	38.320.000,00	43.684.000,00	49.800.000,00
Investimentos	19.075.830,36	7.301.086,50	25.590.450,00	31.801.000,00	36.253.000,00	41.328.000,00
Inversões Financeiras	0,00	137.860,00	673.300,00	837.000,00	954.000,00	1.088.000,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	8.023.550,53	3.084.590,04	4.572.470,00	5.682.000,00	6.477.000,00	7.384.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [(XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))]	19.075.830,36	7.438.946,50	26.263.750,00	32.638.000,00	37.207.000,00	42.416.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	622.170,00	773.000,00	881.000,00	1.004.000,00



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

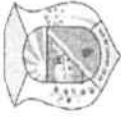
										(R\$)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	33.401,00	202.815,97	300.900,00	374.000,00	426.000,00	486.000,00				
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = [XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX]	246.803.164,70	277.297.681,76	343.283.780,00	426.598.000,00	486.321.000,00	554.406.000,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = [XX + XXVIII + XXIX]	223.178.972,35	247.071.656,82	308.203.780,00	383.004.000,00	436.624.000,00	497.751.000,00				
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XV/a - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	7.791.493,17	12.464.811,34	4.516.020,00	5.611.000,00	6.396.000,00	7.288.000,00				
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XV/a - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	2.809.863,33	11.995.935,86	1.148.520,00	1.426.000,00	1.625.000,00	1.849.000,00				

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

NOTA:

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

Jose Wanderley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

IV - Resultado Nominal
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	(R\$)						
	2022 (b)	2023 (c)	2024 (d)	2025 (e)	2026 (f)	2027 (g)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	28.661.840,96	26.348.367,20	21.775.897,20	16.093.897,20	9.616.897,20	2.232.897,20	
DEDUÇÕES (II)	13.607.340,58	(18.186.384,20)	(17.851.280,39)	(17.569.245,80)	(16.968.606,81)	(16.624.902,77)	
Disponibilidade de Caixa	13.607.291,38	(18.186.433,40)	(17.851.327,13)	9.498.213,65	9.593.195,78	9.689.127,74	
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.403.360,69	10.524.336,45	9.998.119,63	9.498.213,65	9.593.195,78	9.689.127,74	
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.577.367,26	26.870.890,11	26.064.763,41	25.282.820,50	24.777.164,09	24.529.392,45	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.218.702,05	1.839.879,74	1.784.683,35	1.784.683,35	1.784.683,35	1.784.683,35	
Demais Haveres Financeiros	49,20	49,20	46,74	44,40	44,85	45,30	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	15.054.500,38	44.534.751,40	39.627.177,59	33.663.143,00	26.585.504,01	18.857.799,97	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-	
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	15.054.500,38	44.534.751,40	39.627.177,59	33.663.143,00	26.585.504,01	18.857.799,97	
RESULTADO NOMINAL	46.146.126,77	(29.480.251,02)	4.907.573,81	5.964.034,58	7.077.538,99	7.727.704,05	

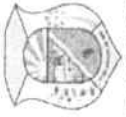
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2022 = 61.200.627,15
Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretária de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretária do Tesouro Nacional.

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

Jose V. Valderley Noequeira
Secretário Municipal



ESTADO DO CEARÁ

V - Montante da Dívida Pública
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	(R\$)					
	2022	2023	2024	2025	2026 / 2027	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	28.661.840,96	26.348.367,20	21.775.897,20	16.093.897,20	9.616.897,20	2.232.897,20
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	28.661.840,96	26.348.367,20	21.775.897,20	16.093.897,20	9.616.897,20	2.232.897,20
DEDUÇÕES (II)	13.607.340,58	(18.186.384,20)	(17.851.280,39)	(17.569.245,80)	(16.968.606,81)	(16.624.902,77)
Ativo Disponível	20.403.360,69	10.524.336,45	9.998.119,63	9.498.213,65	9.593.195,78	9.689.127,74
Haveres Financeiros	49,20	49,20	46,74	44,40	44,85	45,30
(-) Restos a Pagar	4.577.367,26	26.870.890,11	26.064.763,41	25.282.820,50	24.777.164,09	24.529.392,45
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.218.702,05	1.839.879,74	1.784.683,35	1.784.683,35	1.784.683,35	1.784.683,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	15.054.500,38	44.534.751,40	39.627.177,59	33.663.143,00	26.585.504,01	18.857.799,97

Fonte: Sistema Aspec Contabilidade, Unidade Responsável Secretaria de Planejamento e Finanças, Data da emissão 12/04/2024 e hora de emissão 10:30

O cálculo realizado para o exercício de 2024 foi projetado com base na variação percentual de 2023 em relação à variação do ano de 2022

Morada Nova -Ce, 12 de abril de 2024

José Vandirley Nogueira
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2025

RELAÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS
Demonstrativo XIV Relação das Ações Prioritárias - 2025

0101 - CÂMARA MUNICIPAL

Objetivo: Manutenção e funcionamento do legislativo municipal.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma do imóvel de uso da Câmara Municipal.
- Implantação e alteração da reforma administrativa e do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários).
- Manutenção e funcionamento da Câmara.
- Investimento em novas instalações e novos imobilizados.
- Qualificação e capacitação de servidores e vereadores.

0201 - SECRETARIA DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo: Gestão e coordenação das instituições municipais.

Ações:

- Gestão e manutenção da Procuradoria Geral do Município.
- Gestão e manutenção da Secretaria da Articulação Institucional.
- Gestão e manutenção da Controladoria Geral do Município.

0701 - SECRETARIA DA SAÚDE

Objetivo: Promoção e manutenção da saúde pública.

Ações:

- Gestão e manutenção do Conselho Municipal de Saúde.
- Gestão e manutenção da Secretaria da Saúde.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivo: Financiamento de ações e serviços de saúde.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma de unidades de saúde.
- Ampliação e reforma do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).
- Reforma e ampliação do Hospital Regional Francisco Galvão de Oliveira.
- Implantação e ampliação do CERAM (Centro Especializado em Reabilitação e Atendimento Multiprofissional).
- Estruturação, equipamento e reforma da Unidade de Pronto Atendimento - UPA.
- Gestão e manutenção dos serviços básicos de saúde.
- Gestão e manutenção do CERAM - Centro Especializado de Reabilitação e Atendimento Multiprofissional.
- Gestão e manutenção de consórcios públicos de saúde.
- Gestão em atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.
- Gestão e manutenção do CAPS.
- Gestão e manutenção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento.
- Gestão e manutenção do Programa de Vigilância em Saúde.
- Gestão e manutenção das ações de combate ao coronavírus e outras doenças epidemiológicas.

0802 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

Objetivo: Investimento na educação básica municipal.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma de unidades escolares da rede de ensino fundamental.
- Construção, ampliação e reforma de escolas da rede de ensino infantil.
- Gestão e manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- Manutenção da rede de ensino fundamental.





**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

- Manutenção do transporte escolar do ensino fundamental.
- Gestão e manutenção da Secretaria de Educação Básica - SEDUC.
- Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.
- Manutenção do transporte escolar do ensino médio.
- Manutenção do transporte universitário.
- Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso.
- Gestão e manutenção da rede de ensino infantil.
- Funcionamento do Programa Brasil Alfabetizado.
- Manutenção das atividades de educação especial.

0804 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

Objetivo: Financiamento da educação básica.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma de unidades escolares da rede de ensino fundamental (30%).
- Construção, ampliação e reforma de escolas da rede de ensino infantil - FUNDEB (30%).
- Gestão e manutenção do ensino fundamental - FUNDEB (70%).
- Gestão e manutenção do ensino fundamental - FUNDEB (30%).
- Gestão e manutenção do ensino infantil - FUNDEB (70%).
- Gestão e manutenção do ensino infantil - FUNDEB (30%).
- Gestão e manutenção da educação de jovens e adultos - FUNDEB (70%).
- Gestão e manutenção da educação de jovens e adultos - FUNDEB (30%).



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

1001 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Promoção e proteção social.

Ações:

- Gestão e manutenção da Secretaria da Assistência Social.
- Gestão e manutenção do Conselho Tutelar.

1002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivo: Financiamento de políticas sociais.

Ações:

- Construção e aparelhamento de unidades de acolhimento para crianças e adolescentes.
- Implantação da política de valorização voltada às mulheres.
- Construção, ampliação e reforma do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).
- Construção do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).
- Gestão e manutenção das ações voltadas à pessoa idosa.
- Gestão e manutenção do programa de apoio à pessoa com deficiência.
- Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz.
- Gestão e manutenção da Casa do Cidadão.
- Gestão e manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social.
- Gestão e manutenção do IGD - Programa Auxílio Brasil/PAB.
- Gestão e manutenção dos serviços de proteção social básica - PSB.
- Gestão e manutenção dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade - PSEMAC.
- Gestão e manutenção do ACESSUAS Trabalho.
- Concessão de benefícios eventuais.
- Manutenção do Programa BPC na Escola.
- Aprimoramento da gestão do SUAS - IGDSUAS.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

- Fortalecimento das instâncias de controle social - CMAS.

1003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivo: Financiamento de ações em prol dos direitos da criança e do adolescente.

Ações:

- Gestão e manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1004 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Objetivo: Financiamento de políticas voltadas aos idosos.

Ações:

- Construção do Centro de Convivência do Idoso - Casa do Idoso.

- Gestão e manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FMI.

1101 - AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Objetivo: Fiscalização e educação no trânsito.

Ações:

- Reforma e ampliação da sede da Autarquia Municipal de Trânsito.

- Implantação de redutores de velocidade e sinalização de ruas e avenidas.

- Construção da Escolinha Pública de Trânsito.

- Gestão e manutenção da Autarquia Municipal de Trânsito - AMT.

- Manutenção do Projeto Cidadania no Trânsito - Educando para a Vida.

- Promoção de ações necessárias à fiscalização do trânsito.

1201 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

Objetivo: Gestão e fornecimento de água e esgoto.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

Ações:

- Amortização de dívidas (parcelamentos INSS, RPPS, FGTS e outros).
- Construção, ampliação e equipamento das unidades administrativas do SAAE.
- Aquisição de imóveis - SAAE.
- Construção e ampliação do sistema de saneamento básico - Zona Rural.
- Construção e ampliação do sistema de saneamento básico - Zona Urbana.
- Gerenciamento administrativo do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

1302 - IPREMN - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE MORADA NOVA

Objetivo: Gestão e administração previdenciária.

Ações:

- Gestão e manutenção dos serviços administrativos do IPREMN.
- Gestão e obrigações previdenciárias do IPREMN.

1501 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Objetivo: Gestão administrativa municipal.

Ações:

- Gestão e manutenção da Secretaria de Administração.
- Gestão e manutenção do Arquivo Público Municipal.
- Gestão e manutenção do Almoxarifado Central.

1601 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - SEFIN

Objetivo: Planejamento e gestão financeira municipal.

Ações:

- Gestão e manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças - SEFIN.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

- Manutenção do Setor de Tributação do Município.
- Encargos especiais.
- Reserva de contingência.

1701 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: Desenvolvimento rural e gestão hídrica.

Ações:

- Ampliação de recursos hídricos do município.
- Construção, ampliação e reforma de abatedouros.
- Ampliação e reforma do Parque de Exposição.
- Gestão e manutenção da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos.
- Programa Municipal de Distribuição de Mudanças para Reflorestamento.
- Programa Municipal de Recuperação de Pequenas Reservas Hídricas de Agricultores.
- Gestão e manutenção dos programas de assistência ao pequeno agricultor e pecuarista.
- Programa Municipal de Mecanização Agrícola.
- Implantação de ILPF - Integração Lavoura, Pecuária e Floresta e UFIS.
- Programa Municipal Trabalhando a Bovinocultura Leiteira.
- Programa Municipal Trabalhando a Ovinocaprinopecuária.
- Programa Municipal Trabalhando a Carcinicultura.
- Programa Municipal Trabalhando a Apicultura.
- Programa Municipal de Povoamento de Alevinos em Reservas Hídricas.
- Gestão e manutenção do Parque de Exposição.

1801 - SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO - SECULT

Objetivo: Promoção da cultura e turismo local.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

Ações:

- Ampliação e reforma da sede do Museu do Vaqueiro.
- Construção, ampliação e reforma de centros e espaços culturais e biblioteca pública.
- Ampliação e reforma do Hotel Municipal.
- Construção da sede da Banda de Música Municipal.
- Gestão e manutenção do patrimônio histórico-cultural.
- Gestão e manutenção da Secretaria da Cultura e Turismo.
- Gestão e manutenção da Banda de Música Municipal.
- Gestão e manutenção dos programas de turismo municipal.

1802 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Objetivo: Financiamento de projetos culturais.

Ações:

- Gestão e manutenção do Fundo Municipal de Cultura - FMC.

1901 - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV

Objetivo: Promoção do esporte e lazer.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma de quadras, campos de futebol, ginásios, areninhas e academias ao ar livre.
- Gestão e manutenção da Secretaria de Esporte e Juventude.
- Manutenção dos programas de apoio ao desporto e lazer.
- Promoção e realização de eventos.
- Apoio à implementação de modelo de gestão financeira para o esporte.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

2101 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMAMN

Objetivo: Conservação e preservação ambiental.

Ações:

- Construção e implantação do abrigo de animais.
- Manutenção, conservação e limpeza de vias e logradouros públicos.
- Gestão e manutenção do Instituto do Meio Ambiente - IMAMN.

2102 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMA

Objetivo: Financiamento de projetos ambientais.

Ações:

- Revitalização, implantação e conservação de espaços públicos.
- Programa Certificação Escola Verde.
- Gestão e manutenção do Fundo do Meio Ambiente - FMA.
- Programa de apoio à coleta seletiva.
- Projeto Espaço Germinar.
- Manutenção do Programa Auxílio Catador.
- Implementação da A3P e melhoria contínua da educação ambiental.
- Fortalecimento da logística reversa.
- Criação de uma brigada de bombeiro civil.

2201 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Objetivo: Desenvolvimento e manutenção da infraestrutura municipal.

Ações:

- Construção, ampliação e reforma de prédios públicos municipais.
- Implantação e melhoria de obras de infraestrutura urbana.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

- Construção de moradias populares.
- Implantação de unidades sanitárias domiciliares.
- Drenagem e saneamento de áreas urbanas.
- Construção, ampliação e melhoria do aterro sanitário.
- Construção, ampliação e reforma dos prédios Mercado da Carne e Mercado do Peixe.
- Construção, ampliação e reforma de praças, parques e áreas de lazer.
- Gestão e manutenção da Secretaria da Infraestrutura.
- Manutenção do aterro sanitário.
- Manutenção do sistema de iluminação pública.

2202 - FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Objetivo: Financiamento de políticas habitacionais.

Ações:

- Manutenção das atividades do Fundo de Habitação de Interesse Social - FHIS.

2301 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

Objetivo: Estímulo ao desenvolvimento econômico local.

Ações:

- Construção e manutenção da Casa do Artesão.
- Construção e manutenção do Camelódromo.
- Gestão e manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.
- Fomento ao desenvolvimento econômico.
- Fomentar e qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho.
- Programa de apoio às micro e pequenas empresas.
- Criação e manutenção de banco de dados do município.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

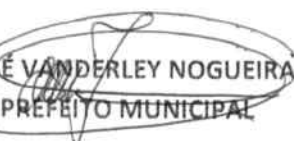
- Apoio à participação do município em feiras e eventos.
- Desenvolvimento do artesanato do município.

2401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL

Objetivo: Desenvolvimento de políticas de defesa social do município e ações da guarda civil municipal.

Ações:

Gestão e manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil Municipal.


JOSE VANDERLEY NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL